

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-5-2019.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 400/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 005/19 (Processo nº 0221/19). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Nelcir Tessaro, Marcelo Sgarbossa, Karen Santos, Hamilton Sossmeier e Felipe Camozzato. Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na ordem do dia, após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 (Processo nº 1038/18), discutido por Adeli Sell, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Nelcir Tessaro, Mauro Zacher, Ricardo Gomes e Marcelo Sgarbossa. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18: nº 22, assinada por Mauro Zacher; nº 23, assinada por Cassio Trogildo; nº 24, assinada por Idenir Cecchim; nº 25, assinada por Mauro Pinheiro; nºs 26 e 27, assinadas por Felipe Camozzato. Foram apregoadas as seguintes subemendas, todas de nº 01, a emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18: assinada por Mauro Pinheiro, Ricardo Gomes e Fernanda Jardim, à Emenda nº 05; assinada por Airto Ferronato e Marcelo Sgarbossa, à Emenda nº 09; assinada por Ricardo Gomes e Mauro Zacher, à Emenda nº 22; assinada por Cassio Trogildo, à Emenda nº 23; assinada por Ricardo Gomes e Mauro Pinheiro, à Emenda nº 24. Foram aprovados os seguintes Requerimentos, solicitando dispensa do envio de emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 à apreciação de Comissões Permanentes: de autoria de Mauro Zacher, para a Emenda nº 22 e a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 22; de autoria de Cassio Trogildo, para a Emenda nº 23 e a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 23; de autoria de Idenir Cecchim, para a Emenda nº 24; de autoria de Mauro Pinheiro, para a Emenda nº 25, a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 05 e a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 24; de autoria de Felipe Camozzato, para as Emendas nºs 26 e 27; de autoria de Airto

Ferronato, para a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 09. Foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18. Foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18: de autoria de Reginaldo Pujol, para a Emenda nº 20; de autoria de Paulo Brum, para a Emenda nº 23; de autoria de Idenir Cecchim, para a Emenda nº 24; de autoria de Felipe Camozzato, para as Emendas nºs 26 e 27; de autoria de Airto Ferronato, para a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 09; de autoria de Mauro Zacher, para a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 22. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e oito minutos às dezesseis horas e cinquenta e três minutos. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18, por vinte e seis votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhada à votação por Márcio Bins Ely e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell. Às dezessete horas e onze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 032 e 057/19 e o Projeto de Resolução nº 005/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/19. Durante a sessão, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes e Nelcir Tessaro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e treze minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mendes Ribeiro, Alvoni Medina e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, subo à tribuna no período de Comunicação de Líder pelo meu partido, o PSOL, falo também em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos, para saudar a todos os trabalhadores da área da educação e estudantes que estão hoje nas ruas do Brasil inteiro, lutando pelo direito de estudar. Os investimentos em educação não podem ser considerados gastos, são

direitos constitucionais; portanto, não podem ser privados à nossa população. Sabemos que as universidades públicas deste País são o centro de produção de conhecimento - essa riqueza não tem preço. Um país que não pesquisa é um país que compra conhecimento científico, o que sai muito caro; portanto, este investimento tem retorno. Um dos principais remédios para controle de hipertensão, se não me engano, captopril, foi descoberto por um cientista da USP, com verbas públicas federais. Sérgio Ferreira é o doutor autor desta descoberta. No mundo inteiro esse é o principal medicamento para controle de hipertensão, que pode levar a derrames, a infartos, ou seja, é o cientista brasileiro, é o pesquisador deste País construindo conhecimento para a humanidade. Pelo visto, humanidade é uma palavra que não existe dentro do coração e do cérebro do presidente deste País e do seu ministro da educação - são dois irresponsáveis. O que estão fazendo ou propondo é uma insanidade, e nós não vamos concordar com isso. Portanto, parabéns aos nossos estudantes, aos nossos professores, aos técnicos científicos que não aceitam este corte de verbas. A educação pública precisa continuar, pois, além de direito, é garantia de soberania nacional, garantia de saúde e garantia de um ambiente preservado, porque uma das áreas mais atacadas é a área que pesquisa a conservação ambiental, coisa que esse senhor que está lá ocupando o Executivo Federal parece não saber existir, já que pesca em reservas biológicas. Muito bem, eu gostaria também de fazer um pequeno comentário da nossa alçada. Ver. João Bosco Vaz, se falta arroz na sua casa, se o senhor vê que não tem massa, se o senhor vê que está faltando sal ou açúcar, o senhor vai até o mercado e compra, acredito eu. Se falta papel higiênico na casa de qualquer um dos vereadores e vereadoras que ocupam este plenário, neste momento, creio que a pessoa, imediatamente, ao perceber isso, faz alguma coisa, não espera o papel higiênico acabar para levantar do vaso sanitário e tentar dar um jeito às pressas. Eu uso esse exemplo, que pode ser infeliz, mas demonstra tamanha irresponsabilidade com que o Executivo, na figura de alguns representantes da Prefeitura, em determinadas pastas, está levando algumas coisas muito importantes, como, por exemplo, o restaurante popular. Não se espera o término de um contrato para fazer algo, para propor um novo edital, para propor uma renovação de contrato para propor um novo edital, para propor uma renovação de contrato, para propor novo modal de oferta serviço. Não se espera o contrato acabar - isso é irresponsabilidade, principalmente com pessoas que vivem à margem da sociedade, como moradores de rua e pessoas em grave situação de pobreza. Portanto, fica aqui no nosso lamento, a nossa grande tristeza sobre os dias em que vivemos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...Fica aqui o nosso lamento com relação à condução das políticas públicas nesta cidade. A capital dos gaúchos parece que está perdendo a sua humanidade. Não gostaríamos que isso acontecesse, principalmente porque sabemos e nos compadecemos com pessoas que

vivem numa situação de pobreza extrema. Agora a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte propõe fazer uma gambiarra no Ginásio Tesourinha, prejudicando as atividades esportivas daquele local, com certeza, e discute ofertar o serviço apenas para moradores de rua, o que significa que as pessoas que ganham um salário mínimo por mês para sustentar uma família não podem ter o direito de utilizar esse equipamento ou esse serviço, que há muito tempo era prestado para essa população.

A outra questão é com relação aos tradicionais pedalinhos da nossa Redenção. Por favor! O que está sendo feito com a nossa cidade? Está ficando feia, está ficando cinza, está ficando menos verde e menos humana. Temos que, profundamente, lamentar. Deixo aqui, de coração aberto, a nossa crítica, mas que seja uma crítica construtiva, para que os nossos gestores pensem no que estão fazendo com a nossa cidade. Não podemos ficar passivos observando esse tipo de coisa e aceitando isso como normal; não é normal! As pessoas precisam comer; sem comida, morrem, e é isso que se propõe nessa cidade? Eliminar a miséria às custas da morte das pessoas mais pobres? Eu espero que não. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna, na continuidade da fala do meu colega Alex, já ia falar na segunda-feira, mas estou falando hoje. Saiu uma grade reportagem jornalística, tanto de uma parte muito importante da cidade, que é o Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, como do fechamento do restaurante, que era para os trabalhadores e para os moradores em situação de rua.

Primeiro, eu quero dizer que critiquei o fechamento do restaurante da Rua Santo Antônio, mas, ouvindo as razões, a Prefeitura, imediatamente, agiu acertadamente, embora de maneira provisória, com a colocação dos caminhões de restaurantes ali no Ginásio Tesourinha; eles podem ser eles colocados em outros locais da cidade, porque são móveis, podem se deslocar para onde há necessidade de atendimento desse público. Nós temos diversas instituições que fazem um belo trabalho, que acolhem essas pessoas durante a noite e de madrugada e fornecem alimentação, como sopão dentre outras, para esse público em situação de rua. É claro que lá, naquele restaurante, muitos fazem sua refeição diária - conheço diversos trabalhadores necessitados, inclusive muitos trabalham no mercado informal.

Eu acho muito importante Porto Alegre voltar a fazer aquele trabalho que tinha do restaurante popular; até não sei se ao lado do viaduto da Conceição ainda existe o restaurante popular ao custo de R\$ 1,99 em parceria com a Ceasa. Acho que tem que fazer, sim, uma grande parceira com a Ceasa, porque nós sabemos a quantidade de

alimentos que todos os dias são jogados fora, sobras, justamente aquelas que muitos moradores, muitos trabalhadores vão lá e buscam naquele horário. Poderia sim, a Prefeitura fazer esse convênio com a Ceasa, e fazer com que toda aquela alimentação possa vir para atendimento aos trabalhadores de renda baixa, aos trabalhadores informais. E sempre defendo que os moradores em situação de rua têm que serem atendidos. Eu lembro quando estive em Portugal, há 24 anos, em Lisboa, onde tinha uma placa muito grande que dizia: quem tem fome, não pode esperar. Isso me chamou a atenção - fui lá para conhecer. Era um local onde existiam todos os tipos de doações de empresas, que tinham alimentos perecíveis, que faziam a doação, justamente, para aquela entidade, para fazer com que toda a população que tivesse necessidade, buscasse lá sua alimentação diária, que é muito importante. Nós temos que pensar nas pessoas que sofrem. Claro que nós temos que pensar nas creches e escolas, principalmente abrigos da FASC, onde têm muitas crianças que sofrem nesta cidade.

Então, quero dizer que está de parabéns o Município por essa atitude que foi tomada tão rapidamente - espero que seja aperfeiçoada. Com certeza, será, sim, para os trabalhadores de baixa renda. Mas eu não podia deixar de falar também - e até é preocupante - sobre as moradias do Plano Municipal de Superação de Situação de Rua. Foram disponibilizadas 153 moradias em Porto Alegre, graças ao dinheiro que vem lá de Brasília; estão disponíveis 34; estão em tramitação 22. Vejam bem, 56 estão sendo alocadas para famílias onde o valor da locação é de R\$ 500,00 para as pessoas que têm seu imóvel fechado no centro da cidade ou em bairros da cidade, não importa. Aí, vejo a dificuldade daqueles que possuem certa quantidade de imóveis e ficam na especulação para não fazer a locação. Por isso defendo o IPTU mais caro para essas pessoas que ficam na especulação, fazendo um chamamento para atendimento a essa população - temos aí as moradias, temos 100 vagas em aberto. Quero também elogiar a formação profissional - a Secretaria Municipal da Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, coloca à disposição desses moradores, desses que vão buscar esse aluguel de R\$ 500,00, que vão ali residir, a possibilidade de eles fazerem uma formação profissional. Ninguém vai tirar morador da rua se não der a ele condições de trabalho. Muitas pessoas estão em situação de rua porque não têm onde morar, muitas fazem da rua sua residência: temos na Rótula do Papa, temos em frente à Câmara, em diversos locais de Porto Alegre. Nós precisamos fazer com que esses que moram em albergues, que vão apenas dormir, que saiam durante o dia e vão fazer um curso de formação profissional. Nós precisamos, cada vez mais, melhorar a situação e reincluir essas pessoas no mercado de trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas, falo aqui em nome da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, Ver. Oliboni, Ver.

Adeli e Ver. Engº Comassetto. São muito assuntos nesta quarta-feira; vou tentar falar nesses cinco minutos sobre três deles. O primeiro, é que, neste momento, neste dia, o Ver. Alex já comentou, estamos vivendo um dia histórico, um dia em que toda a área do ensino, toda a área do aprendizado e da educação do Brasil está mobilizada contra os cortes do governo Bolsonaro. Bolsonaro está roubando o futuro do Brasil ao fazer esses cortes. Neste dia de mobilização, quero aqui aproveitar, já que estamos ao vivo, durante todo o dia e final da tarde, haverá, inclusive, manifestações na faculdade de educação, na UFRGS, que se dirigirão até a Esquina Democrática de Porto Alegre. Então fica o convite para todos, mesmo para aqueles que votaram neste governo e que agora percebem que essa suposta mudança, na verdade, foi um grande retrocesso para o Brasil. Ainda há tempo de rever isso, mas só se fará através da mobilização popular, da sensibilização que pode ser feita no Congresso Nacional para segurar esse desgoverno Bolsonaro.

O segundo tema é um tema local que o Ver. Alex Fraga, nosso companheiro do PSOL, também já abordou aqui e que ontem foi abordado na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana - CEDECONDH. Numa total insensibilidade - ainda não entendi se foi uma decisão do prefeito ou da secretária Nádia, nossa colega aqui da Câmara - foi feita a interrupção do fornecimento de alimentos no Restaurante Popular, da semana passada, e retomando de forma precária e emergencial através desse caminhão que está ali no Ginásio Tesourinha. Realmente, é uma decisão de total insensibilidade. E depois, nas declarações, inclusive, criminalizando os moradores de rua, dizendo que os moradores de rua só têm o direito de circular pela cidade com as suas mochilas e nada mais. Ontem, na reunião da CEDECONDH, o diretor de direitos humanos trouxe dados que deixam muito claro, sobre as pessoas que ali se alimentam, que, das 600 refeições diárias, 225 são para idosos. As pessoas idosas que não têm condições de pagar um restaurante de um valor maior se socorrem do Restaurante Popular, do bandejão, para poder se alimentar com o mínimo de dignidade, pelo menos uma vez por dia - 225; 166 pessoas, nesse censo que o diretor de direitos humanos fez, são trabalhadores e trabalhadoras da Cootravipa, pessoas que se dispõem a recolher os resíduos que a cidade produz. E 170 pessoas, em média, são moradores de rua. Então, vejam: a Prefeitura está colocando aqui que idosos, trabalhadores da Cootravipa e outras pessoas que vão ali, mas não deveriam ir, Ver. Oliboni. Como se alguém fosse para uma fila, junto com pessoas em situação de rua, para se beneficiar ou se aproveitar do fornecimento de alimentação a R\$ 1,00. Então nós pedimos fortemente que a Prefeitura reveja esses critérios, porque a ideia da mudança da política pública é vincular somente à população adulta em situação de rua, fornecer alimentos apenas para esses e não para os idosos, para os trabalhadores em geral que não têm condições de se alimentar. Então, foi nosso pedido, ontem, na comissão, alguns vereadores que participaram estão aqui, o Ver. João Bosco Vaz inclusive fez uma sugestão, colocou a questão do Ginásio Tesourinha, onde ali se desenvolvem outras políticas públicas de atenção aos idosos, às pessoas que têm esse lugar como um lugar de convivência, de atividade física e agora estão tolhidas parcialmente disso porque estaria instalado esse restaurante com essa carreta emergencial.

Neste último minuto, eu queria dialogar aqui com o Ver. Nelcir Tessaro - o Ver. Hamilton Sossmeier que está atento ao tema - sobre essa problemática que pode ser uma solução, mas também traz os seus problemas que é o uso dos patinetes elétricos em Porto Alegre. Antes de os patinetes chegarem aqui, nós, no nosso mandato já atento aos temas ligados aos patinetes, protocolamos uma possibilidade de regulamentação, vinculada principalmente à questão da velocidade e aonde os patinetes podem andar na cidade de Porto Alegre. São Paulo, anteontem, fez essa regulamentação, que nós entendemos equivocada, às pressas, e hoje acordamos, Ver. Mendes Ribeiro, com a notícia de que a Prefeitura está dando mais prazo para as empresas, 90 dias, e logo em seguida vai querer regulamentar, Ver. Idenir Cecchim.

Eu acho que, aqui, apesar de o projeto ser da nossa autoria, eu faço um pedido, Ver. Nelcir Tessaro, V. Exa. que já fez emendas ao projeto, bem como aos demais vereadores e vereadoras desta Casa. Nós podemos deixar para o Executivo regulamentar, não tem nenhum problema nisso; o Executivo, se faz assim, está ignorando que temos aqui tramitando um projeto de lei com emendas; aliás, podem vir outras - não somos o dono da verdade -, é uma política pública bem-vinda, é bom que as pessoas se locomovam de forma ativa na cidade, tentando minimizar os problemas, mas me parece que é o caso aqui de a Câmara dar um grito de independência e de dizer: Sr. Prefeito, é um tema tão importante que nós queremos discutir no Parlamento do Município. A regulamentação feita exclusivamente pelo Executivo de São Paulo - estou para ver, como ela é recente, tem dois dias, ainda não posso avaliar - tem equívocos grotescos, inclusive contrários ao que diz o Código de Trânsito sobre onde os patinetes devem andar. Foi mal feito, porque foi feito apenas pelo Executivo. Então é um convite que nós aqui apressemos, se os vereadores quiserem, protocolem as emendas, vamos abrir uma discussão, talvez uma audiência pública para tratar do tema e vamos cumprir o papel que é o papel, sim, deste Parlamento da capital gaúcha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; inscrevo-me hoje para relatar algo que vocês já devem estar acompanhando pela TV - hoje é um dia muito importante de luta e mobilização, dia de greve nacional da educação. Desde cedo temos estudantes, pais, mães, técnicos, professores mobilizados contra o corte de 30%, imposto pelo governo Jair Bolsonaro ao Ministério da Educação, um corte que impacta, sobretudo, na educação infantil, nas escolas, nos institutos federais, nas universidades, nos hospitais universitários. Dentro das universidades esse corte vai ser brutal. Engana-se quem acha que a universidade pública não produz conhecimento. Hoje 93% da pesquisa e da inovação tecnológica são produzidas dentro das universidades públicas. Engana-se também quem acha que quem

estuda na universidade pública é abastado ou filho da elite - 43%, hoje, dos estudantes que ocupam essas vagas fazem parte das classes mais pobres. Só na Região Norte esse percentual sobe para 68%; também é importante relatarmos quanto custa hoje ficar estudando dentro de uma universidade particular. Os cursos variam de 40 a 200 mil reais. E quem tem esse dinheiro hoje para financiar, para investir em educação de ensino superior por si só? E também é importante relatar que nem todo mundo que estuda dentro das universidades particulares é filho dessa elite também. Boa parte da estudantada financia seus estudos. Esse corte de 30% no Ministério da Educação também vai refletir dentro do Fies, que na sua essência já carrega uma contradição que é alto índice de inadimplência, porque a estudantada entra, forma-se, investe, financia, e depois não consegue emprego na sua área de atuação porque, no Brasil, infelizmente, a gente não tem emprego qualificado para todos e todas. A crise em que a gente está vivendo, a crise da educação, a crise dessa juventude que busca no futuro, está se refletindo hoje nas ruas - é importante a gente estar atento para isso. A gente não defende que a universidade pública seja somente para os filhos da elite, a gente não defende que os professores da rede estadual estejam há cinco anos sem reajuste inflacionário, recebendo parcelado, situação que também acontece com os professores da rede municipal que estão há três anos sem reajuste inflacionário. Aqui na cidade de Porto Alegre, a situação está bem difícil; neste ano, só no início, a gente já acompanhou dois casos bem graves que deixaram a nossa cidade em alerta: um caso de violência dentro do contexto escolar na EMEF Vila Monte Cristo, lá na Vila Nova, que passou por uma situação de atentado terrorista por parte de estudantes ou da comunidade escolar, estão averiguando; e também dentro da EMEF Leocádia Felizardo Prestes, da Cohab Cavalhada, onde um estudante atirou acidentalmente em outro estudante. Isso tudo coloca para a gente a necessidade urgente de pensar a segurança dentro do contexto escolar, principalmente a volta dos Guardas Municipais cem por cento na porta das escolas. Há também a batalha contra o fechamento das EJAS. Escolas como a EMEF Saint Hilaire, na Lomba do Pinheiro, a EMEB Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, no bairro Sarandi, já se encontram em campanha e mobilizadas contra mais esse desmonte imposto pela Secretaria de Educação e pelo desgoverno Marchezan, que vem rifando a educação para fazer caixa. A gente ainda não sabe para que todo esse caixa, porque retorno, a gente não está vendo na nossa cidade. Nesse sentido, é importante a gente estar consciente, nessas mobilizações que estão acontecendo hoje, da necessidade da ampla unidade e da nossa solidariedade frente a todos esses ataques a essa estudantada, sobretudo a juventude que está indo às ruas reivindicar o direito a um futuro mais digno, não só para eles, mas para toda a nossa Nação.

Também temos que pensar que esse projeto de defesa da educação tem que estar combinado com um projeto de país que gere emprego qualificado para essa juventude, que realmente consiga tirar o Brasil da crise pensando em desenvolvimento e geração de emprego qualificado, porque não adianta a gente ter engenheiro, professor, arquiteto, advogado, sendo que hoje tem uma inflação de diplomas de ensino superior dentro do mercado, que não consegue absorver toda essa força de trabalho qualificada.

Temos também que pensar que, quando o povo vai para rua, os governos temem; quando o povo vai para rua organizado, consciente daquilo que quer para reivindicar os seus direitos, os governos têm medo. Isso já sinaliza para a gente um caminho, um caminho que a gente tem que retornar a cumprir, retornar a trilhar, para pensar como a gente consegue resgatar o respeito que a gente perdeu nas últimas gestões e que vem dando toda essa margem de negociação para todos esses ajustes que vêm acontecendo, de Marchezan a Eduardo Leite ao governo Jair Bolsonaro. Hoje, às 18 horas, na Esquina Democrática, vai estar acontecendo um grande protesto desse dia de greve; rumo à greve geral no dia 14 de junho, é importante todo mundo estar mobilizado, consciente e solidário a esse movimento que está acontecendo na nossa cidade e no nosso País. Obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver.^a Karen Santos. O Ver Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, você que nos assiste pela TVCâmara, você que está na plateia, em primeiro lugar, venho a esta tribuna para parabenizar pelos 71 anos do Estado do Israel - foi uma homenagem de iniciativa do Ver. Valter Nagelstein. Então, em nome do povo evangélico, quero deixar esta manifestação nesta tribuna e dar os parabéns pelo evento de ontem.

Também quero registrar que hoje comemoramos o Dia Internacional das Famílias. Por que eu falo sobre a família? Porque foi a primeira instituição criada na sociedade, uma instituição criada por Deus - até o Estado tenta ingerir na questão da família, mas é algo que o Estado não tem autonomia para fazer. A família é um projeto divino - o Estado tem é que viabilizar para que ela possa se manter unida e estruturada. O Estado tem como missão e função permitir que haja uma educação coerente, dando direito para que as pessoas consigam ter uma vida estabilizada em todos os sentidos.

Outra coisa que quero trazer aqui é sobre a minha ida até o Ginásio Tesourinha hoje, ao meio-dia, para ver o trabalho que lá está sendo feito. Quero deixar um registro de agradecimento à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Brasil – ADRA, que está prestando serviço para a comunidade de Porto Alegre até que se abram esses cinco novos locais, onde estarão sendo realizadas as refeições. Hoje estão sendo atendidas ali 170 pessoas com ajuda de vários voluntários. Inclusive, nós fizemos um chamamento dentro das igrejas para que voluntários estejam ali participando também nesse período até que tudo esteja já concretizado.

Outro assunto que quero trazer aqui é uma preocupação que já venho falando desta tribuna, chamando cada vez mais a atenção do Procon de Porto Alegre com relação a esses assédios que os idosos sofrem com relação aos empréstimos consignados, Ver.^a Lourdes. Nós sabemos, inclusive, que pegam o CPF e o usam

indevidamente. Pedimos que haja uma fiscalização mais acentuada, até mesmo mais acirrada a esse crime que está sendo cometido com relação aos aposentados. Com isso, hoje há um número cada vez mais crescente de endividados na nossa Nação, no nosso Brasil. Eu não só falo nesta tribuna, mas falo em outros lugares também, sobre essa responsabilidade que o poder público tem de não somente observar, mas também agir, principalmente o Procon de Porto Alegre já tem agido, já tem trabalhado. Nós vimos, neste final de semana, uma matéria muito extensa do jornal Zero Hora sobre essa prática descabida, criminosa que tem acontecido e que está acontecendo contra os aposentados da nossa Nação. Então, alguém realmente tem que abrir os olhos para isso, tem que tomar providências com relação a essa prática que está acontecendo. Era isso, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, caros colegas, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu quero falar especialmente sobre essa pauta de hoje, sobre a qual está havendo manifestações na cidade, da educação. Por sorte, a Ver.^a Karen, do PSOL, falou em seguida, falou um pouco antes. Eu quero trazer aqui um pouco dos números para falar melhor sobre esses gráficos do ponto de vista matemático. Nós tivemos agora anunciado pelo governo federal um corte da ordem de R\$ 70 milhões na UFRGS, especificamente - a universidade tem um orçamento de R\$ 2 bilhões. Se a gente for comparar, é um $\frac{1}{4}$ do orçamento de Porto Alegre, que tem um orçamento realizado da ordem de R\$ 6 bilhões. Então, a UFRGS consome $\frac{1}{4}$ do que consome Porto Alegre, já é um montante bastante significativo, e esses 3,5% de corte, Ver. Carús, correspondem, é análogo ao que seria o corte do cafezinho no orçamento familiar. É um corte de 3,5%, é muito diminuto, inclusive, perto da necessidade de recursos.

Quero destacar, quando a gente fala sobre cortes da educação, o preço que a gente paga também pela irresponsabilidade fiscal vivida durante muitos anos no Brasil. A gente vem investindo muito mal nossos recursos, a gente vem, especialmente na educação, invertendo a lógica de investimentos, a nossa educação básica, Ver.^a Fernanda, não tem o mesmo montante e atenção de investimentos e mesmo de sindicatos, até de militância do PT e PSOL, que tem a educação superior. A gente forma no Brasil analfabetos funcionais, pessoas que saem do colégio sem saber ler, sem saber escrever, interpretar textos, sem operar as quatro operações básicas matemáticas, mas nós nos preocupamos com 3,5% de corte nas universidades federais. Eu estou preocupado com os analfabetos funcionais que nós formamos, crianças que, aos sete anos, quando saem do ensino fundamental, saem sem condições sequer de entrar no ensino médio, porque não aprenderam o básico. Esses, sim, deveriam ser fruto das manifestações político-partidárias, porque, como mostra aqui no gráfico, a evolução dos

orçamentos e das verbas repassadas pelo governo federal para as universidades federais, os maiores cortes e os primeiros cortes das universidades federais vieram de 2013 para 2014. Quem estava no governo federal nessa época? Vejam bem, eu sou vereador do NOVO. O NOVO tampouco integra a base do governo Bolsonaro, mas sejamos muito claros aqui, foi o governo Dilma que iniciou os cortes de repasses para as universidades federais. Foram significativos os cortes e seguiram sendo cortados ao longo dos anos subsequentes. Michel Temer também teve ali um ponto onde avançou o orçamento, depois teve corte. E o que eu quero dizer é que, para além de Bolsonaro, de Michel Temer, de Dilma Rousseff, nós temos um problema de orçamento público federal, de responsabilidade fiscal que está esgoelada por nós sermos muito ruins em gerenciar os recursos do pagador de impostos. Nós damos prioridade para a universidade federal, enquanto nós não conseguimos que o Brasil saia das últimas posições do PISA, o *ranking* justamente que avalia a qualidade do nosso ensino básico. Que prioridade é essa de uso do recurso público? E aí eu não lembro de ver, Ver. Mendes, manifestações, em 2013 e 2014, por conta dos cortes de verbas federais que interrompem o trânsito na cidade de Porto Alegre e que demonstram essa preocupação como agora está se demonstrando. Aliás, eu não lembro de ver manifestações desse montante, quando é divulgado o *ranking* do PISA - o Brasil aparece muito mal colocado na avaliação de qualidade do ensino. Parece-me que essa militância da educação brasileira corporativista está muito mais preocupada em manter as coisas como estão - e estão indo muito mal - do que propriamente ver quais são os caminhos para a gente resolver os problemas que nós temos. E aí, para resolver os problemas, a gente não precisa de debate ideológico e partidário, não precisamos debater Dilma, Bolsonaro ou Temer, ou quiçá qualquer outro nome de político; precisamos debater ideias e ver como a gente aplica melhor os recursos, quais são os projetos que retornam melhor o investimento e quem tem competência para realizá-los, técnicos, especialmente, e profissionais especialistas da área. E os caminhos estão aí, há muitos anos, sendo dados por especialistas, uma pena que a gente prefere fazer militância, passeata e greve ideológica. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 14h54min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, eu quero fazer um requerimento em homenagem à parcela da cidadania porto-alegrense que está aqui. Nós temos o projeto do inventário do bairro Petrópolis e esse problema perdura já há seis anos. Nós não conseguimos encontrar solução, votamos duas leis aqui, três, aliás. Houve toda uma construção de um novo marco legal, que é a lei do patrimônio histórico, que já estava priorizada aqui. Eu queria requerer aos

senhores Vereadores que seja o primeiro projeto a ser votado na tarde de hoje, em homenagem aos moradores do bairro, que têm vindo aqui há várias semanas, a todas as sessões e não têm conseguido ver contemplado esse projeto. Então, eu solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 007/18. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Ver. Valter, seria bom que a gente tivesse conversado um pouco antes de o senhor fazer o requerimento porque, só me cabe fazer o debate por meio da tribuna. Poderíamos ter conversado porque hoje pela manhã, inclusive foi a pergunta do Ver. Nedel que me perguntou: “Marcelo, acha que devemos votar a criação do fundo dos direitos da mulher?” Acho que todos os moradores que estão aqui são do bairro Petrópolis, vejo que a maioria é mulher e deve concordar que precisamos de políticas públicas para as mulheres, bem como a criação de um fundo municipal para os direitos da mulher, para as políticas públicas - isso é muito importante. Inclusive é um projeto, como eu falei hoje de manhã, Ver. Valter, que já está suficientemente debatido. Creio que ninguém subirá à tribuna para dizer que é contra políticas públicas que envolvam as questões tocantes a feminicídio, discriminações. Enfim, não vou aqui entrar no tema. A verdade é que a única complexidade que tem este projeto é a questão do gerenciamento dos fundos, inclusive falei isso na reunião de líderes e na tribuna na segunda-feira passada. A emenda está pronta, foi construída com a opinião de vários vereadores e vereadoras, basta aprovarmos a emenda, o fundo acaba ficando igual aos outros fundos, então nenhuma novidade e aprovamos o projeto. Eu mesmo assumo, aqui, o compromisso de não falar. Moradores e moradoras do bairro Petrópolis, se é que são todos de lá, eu estou falando aqui que em cinco minutos, ou nem isso, nós aprovaremos o fundo municipal dos direitos da mulher.

E temos que ser honestos aqui com vocês: o projeto que trata da questão do inventário tem dezenas de emendas, há já um entendimento - falamos disso hoje de manhã, na reunião de líderes - que não terminaremos a discussão e a votação hoje; talvez a discussão, sim, mas não a votação de emenda por emenda. Então, é muito pouco provável que saia hoje o resultado daqui da Câmara. Há um entendimento de que é um projeto de uma complexidade tal que não é numa tarde, em que estão começando as votações agora, às 15h, que nós resolveremos isso. Preciso dar aqui a real, como se diz, Ver. Valter, que não terminaremos hoje essa votação - é o que tudo indica.

Aconteceu a mesma coisa na segunda-feira: tínhamos o projeto do IMESF, havíamos combinado na reunião de líderes que o projeto da operação inverno seria o primeiro e logo em seguida o da criação do fundo. O Ver. Mauro Pinheiro pediu a inversão, tivemos que vir aqui fazer um encaminhamento, fazer essa fala que estou fazendo, fomos derrotados e naquele dia, sim, mas aí era uma prioridade do governo, e

era um projeto com poucas emendas, não eram tantas como o projeto do inventário do patrimônio histórico. Então, Ver. Valter, tudo bem, podemos perder, aqui, se for uma posição de governo, mas eu acho que não vamos perder, vamos ganhar! Basta abrir a votação, protocolar a emenda - basta um vereador assinar -, votamos a emenda, sem encaminhamentos - faço aqui, inclusive, um pedido àqueles que são a favor do projeto para não fazerem encaminhamentos -, e daqui a três minutos entraremos no projeto. É só o tempo de o Presidente colocar em votação, encerrar a votação da emenda, votar o projeto, aprovarmos e terminou. Ou seja, em menos de um minuto, teremos o projeto aprovado, e, se ninguém pedir votação nominal, nem será preciso abrir o painel. É tão simples, que não preciso estar aqui gastando cinco minutos para dizer tudo isso; já teríamos votado. É o pedido que faço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do seu Requerimento.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, o Ver. Marcelo Sgarbossa disse que é bem rápido o projeto do fundo, mas é preciso combinar com o restante aqui, porque o projeto é seu. Ele é meritório, mas há muita gente que não concorda que seja de autoria de um vereador, ou que sirva como bandeira de algum partido ou bancada, algo que, certamente, é do interesse de todos. É da política. O senhor quer capitalizar politicamente, a gente compreende, é um mérito, mas não quer dizer que não vá ter discussão e encaminhamento - em primeiro lugar, isso. Não é tão pacífico assim, há discussão.

Segundo, o senhor não está correndo contra o tempo. Felizmente o senhor dispõe de bastante tempo para criar esse fundo. O senhor dispõe de um, dois, três meses... É lógico que o senhor quer votar o quanto antes, mas não é algo a que o senhor esteja premido pelo tempo. O senhor pode aguardar, não lhe fará mal. Diferentemente das senhoras e senhores que estão aqui e que estão aguardando há seis anos, Ver. Marcelo. Nós votamos a lei, lá atrás, do Ver. Idenir Cecchim; depois votamos uma lei do Ver. Mauro Pinheiro; depois uma do Ver. Cláudio Janta; depois anulamos o inventário; depois o Ministério Público entrou contra; e depois se fez toda uma construção com a Prefeitura Municipal para podermos criar um regramento. São muitas famílias aqui em que as pessoas estão doentes, em que pessoas estão morrendo, porque não se define a questão.

Esta figura do tombamento é diferente do inventariamento e da compatibilização. É um limbo jurídico que existe, que sujeita as pessoas a uma violência estatal, de uma concepção de esquerda com que, particularmente, não concordo, que é dispor do direito de propriedade das pessoas. Se for um bem que, de fato, é histórico, eu concordo que ele deva ser preservado. Agora, quem define se o bem é histórico e quais os critérios são usados na definição? Vão lá e pegam a casa de uma família, de uma família de classe média, e, simplesmente, alguém olha e diz que vai

dispor dela porque ela é de estilo californiano, da década de 1950, é a única do bairro. E aí dispõe, desapropria o bem, é uma desapropriação indireta, mas é mais perversa do que a desapropriação porque não paga. Então essa lei é um marco, ela foi objeto de muita conversa, de muita negociação, está há muito tempo aqui para votar, e aqui está um bairro inteiro mobilizado.

Para concluir, eu vou dizer o seguinte, Marcelo, mais uma vez eu te peço, o teu não tem essa pressa, essa urgência que esse tem, com respeito às pessoas que estão vindo aqui, mas se nós aprovarmos o fundo hoje ou na semana que vem não muda nada; agora, para a vida deles, são seis anos; por isso que eu me insurjo, porque eu tenho participado com outros tantos vereadores lá na Praça Mafalda Veríssimo, que a gente foi, há muitos anos, no Colégio Santa Inês, atrás da loja Salem e naquela igreja que fica ali atrás do parque Ararigóia, e em tantos outros locais, foram reuniões e mais reuniões, e o povo esperando e padecendo, pessoa idosas falecendo, e a propriedade das famílias ficando impedida. A gente precisa resolver isso, gente, por uma questão de humanidade, porque as pessoas estão vindo aqui toda a santa semana, estão esperando há dois, três meses, então o projeto é complexo, tem muita emenda.

Outra coisa, quem tem uma casa histórica e quer preservar essa casa, nada impede que a pessoa, que a família, vá até o Epahc e diga o seguinte: “Diretora do Epahc, a minha casa é histórica, a minha família quer preservar; eu queria que vocês incluíssem a minha casa na listagem para que ela seja preservada.” Aí o Epahc vai abrir um estudo adequado e vai fazer o listamento, tombamento, ou seja lá o que for, do imóvel, e o imóvel vai ficar protegido. Agora, o que está acontecendo, hoje, lá, é que passaram o rodo em 500 casas. No governo passado, eu pedi para o Sebastião Melo para ir comigo lá e olhar aquelas casas, e nós separamos 15 imóveis; no 6º imóvel o então vice-prefeito me disse o seguinte: “Valter, eu não preciso olhar mais, eu já estou convencido de que isso que se praticou aqui foi uma violência.” E, quanto mais se perdura essa violência, mais injustiça nós estamos cometendo em relação a essas pessoas. Por isso eu faço aqui, mais uma vez, um apelo aos vereadores para que a gente entre imediatamente no projeto do inventário do bairro Petrópolis, que a gente vote imediatamente, em homenagem a esta parte da cidadania que está aqui mobilizada. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Marcelo Sgarbossa.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1038/18 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 007/18, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do município de Porto Alegre por meio do Inventário.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 21;
- retiradas as Emendas nºs 02, 04, 07, 11, 13 e 14;
- incluído na Ordem do Dia em 17-12-18.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em discussão o PLE nº 007/18. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Bem-vindos à cidade do oito ou oitenta, bem-vindos à cidade do Gre-Nal. Agora, as senhoras e os senhores, independentemente de qualquer resultado hoje aqui, serão atropelados - os que tiverem algum patrimônio histórico a preservar -, como serão atropelados também aqueles que pensam no patrimônio da cidade. Não tem salvação. O projeto tem muitos problemas na sua redação, seria impossível, neste curto espaço de tempo, enumerá-los. Nós solicitamos que se fizesse um grupo de trabalho com o Executivo e que se discutisse ponto a ponto. Por exemplo, pegar o capítulo I e destrinchar; capítulo II, idem; capítulo III, idem, e assim sucessivamente. Não foi feito e não será feito, lastimo dizer. É tudo assim, sempre. Este ano, tudo é assim: vota-se porque tem maioria. E com todo o respeito, algumas emendas, feitas por alguns vereadores, algumas inclusive discutidas por alguns setores da sociedade, têm problemas de redação. Do jeito que vamos aprovar - e eu sei que vai ser aprovado isso aqui - há margem para tudo, há margem para contestação de um lado e de outro, porque em Porto Alegre é assim, não se discute, não se busca o denominador comum. É um milagre o que está acontecendo, depois de 2016, quando se criou a Câmara de Mediação e Conciliação - se não fosse feita, dos 900 processos do Sarandi, 726, Ver. Cecchim, foram mediados e resolvidos. Isso deveria ser a Porto Alegre, a Porto Alegre dos consensos, a Porto Alegre das mediações, a Porto Alegre de busca de entendimento. Mas não é isso que está acontecendo, não sou eu aqui - vou debater muito nesta tarde, vários pontos vou vir aqui discutir, sobre muitos, inclusive, não vou entrar, especificamente, no tema, naquela emenda, porque isso aqui é o Parlamento, ele não pode ser uma prisão, na qual só se fala *stricto sensu* o que está colocado. Mas não esperem que eu seja conivente com esse projeto e com algumas emendas. Também não sou daqueles que vou defender o passado; a minha bancada, inclusive, sabe, está aqui o Comassetto, está aqui o Oliboni, nosso líder, Sgarbossa, nunca concordei, não concordo e vou sempre dizer que aquela listagem que foi feita no

4º Distrito é uma listagem errada, equivocada, como aquela que foi feita em Petrópolis. Por isso que eu falo na política do oito ou oitenta, sectarismo de um lado, sectarismo de outro lado, e Porto Alegre perdendo. Eu quero resgatar hoje, neste debate, no próximo período, o Plano Geral de Melhoramentos, feito em 1914, pelo Moreira! Quero resgatar aqui a boa história do Edvaldo Pereira Paiva; eu quero resgatar aqui, sim, o Plano Diretor, de 1979, que bebeu na fonte daquele primeiro de 1959. Mas tinha erros, erros brutais que nós fomos mantendo, inclusive, naquele de 1999, porque eu também votei, eu também errei, porque nós fomos pressionados - eu era novato naquela época - a fazer uma cidade segmentada, uma cidade dividida, dividida! Porque se aqui, se não tiver um gueto para fazer para fazer bar, se não tiver aqui um gueto para casa, se aqui não tiver um gueto para fazer fábricas - viram o que no que o 4º Distrito com as leis aprovadas aqui, inclusive, de incentivo, o 4º Distrito, Ver. Mauro, Ver. Cecchim, não caminha para frente, porque é um problema de concepção, é um problema de ideia, é um problema de ideologia, não no sentido político-partidário, de dividir direita e esquerda, progressistas e não progressistas, liberais ou socialistas. Isso tudo, na discussão do urbanismo, tem muita besteira. Vamos ao bom debate, vamos discutir muito, vamos debater, mas esse projeto, independentemente do seu resultado hoje, aqui, não resolve os problemas de Porto Alegre. O Plano Diretor está trancado, não querem que se discuta o Plano Diretor, mas nós discutiremos o Plano Diretor da cidade; um dia Porto Alegre vai mudar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro, vou saudar o público que está presente acompanhando a discussão do tema. Acho que demoramos, Ver. Cecchim, para novamente trazer este tema, que é extremamente relevante, o Ver. Valter foi muito feliz em trazer para a tribuna todos os pormenores que, há muito tempo, a gente vem discutindo, faço questão de dizer que na minha primeira semana de mandato, em janeiro de 2017, no primeiro ou segundo dia de mandato, recebi a visita do Márcio, junto com alguns moradores do bairro Petrópolis, para falar sobre o tema, e prontamente virei um aliado na defesa da propriedade, do direito do cidadão de conseguir ter respeitado o seu desejo do que fazer com a sua propriedade e, obviamente, contra os arroubos que foram feitos durante todos esses anos com relação ao inventário de Petrópolis e também a política de preservação do patrimônio histórico cultural de Porto Alegre, muito ideologizada, pouco técnica e flagrantemente errada – não é, Ver. Pablo? Não é à toa que este Parlamento já, por diversas vezes, discutiu a matéria, nós revogamos a lei do inventário no ano passado, nós já fizemos diversas outras tentativas legislativas de sanar o problema, mas, infelizmente, não conseguimos avançar, quer seja por conta de inconstitucionalidade de matéria, quer seja por intervenções do Judiciário no trâmite legislativo, ou mesmo com

a decisão do Legislativo quando da revogação do inventário. É bom lembrar que nós revogamos a lei do inventário, e o Judiciário entendeu que não se poderia fazer o cancelamento do atual inventário por conta de não haver uma lei que possibilitasse a criação do mesmo, o que deu espaço para que, quem tivesse condições financeiras de judicializar a questão, pudesse reaver seu direito sobre a propriedade, porque a lei claramente ficou vazia de sentido, não tinha objeto. Aí diversas causas na justiça foram ganhas por parte dos proprietários por conta disso, mas nem todo mundo tem condições de ir atrás de advogado, de judicializar um processo e esperar a decisão em favor do proprietário do imóvel. O que nós temos em Porto Alegre é um caso que eu classifico como bizarro, não encontro um outro termo para isso: é bizarro, num país que diz na sua Constituição respeitar o patrimônio privado, a propriedade privada, a gente ter um flagrante sequestro da propriedade privada, como o que ocorreu no caso do inventário em Porto Alegre, que tem ali todas as marcas do “crime” - crime eu faço questão de deixar entre aspas para não tomar um processo de alguma parte. Um crime, entre aspas, porque tem todas as pegadas, tem todos os dados, uma série de inventariamentos que não fazem sentido, que não tem pé, nem cabeça. Acho que os moradores estão casados de ver isso. Mas eu quero aproveitar este tempo na tribuna para lembrar aos meus colegas vereadores que o projeto enviado pela Prefeitura vem tardio e vem insuficiente, e por isso é muito importante que nós demos atenção às emendas. Temos diversas emendas que melhoram o projeto, que precisam ser aprovadas. O próprio projeto do inventário, Ver. Carús, poderia ter sido resolvido, talvez, por decreto da Prefeitura, no início do mandato do governo Marchezan. Em algumas ocasiões eu estive reunido com a Prefeitura para tratar do tema; não só eu, diversos colegas meus, vereadores, também trataram da matéria, seria injusto dizer que eu fui o único, vários colegas vereadores trataram da matéria, não é à toa que nós tivemos aprovações no caso da revogação da lei do inventário por ampla maioria nesta Casa. Então, o Parlamento entende a necessidade de rever isso; o Parlamento entende que é preciso dar um basta nessa situação e tem sinalizado isso, faltava a Prefeitura acelerar esse processo. Felizmente, hoje nós começamos a discussão para tentarmos de uma vez por todas resolver. Mas, eu faço questão de reforçar, principalmente aos colegas vereadores: o projeto enviado pela Prefeitura é insuficiente; nós precisamos aprovar parte das emendas que melhoram o projeto, que garantem, aí sim, mais respeito e condições de ressarcimento, e mesmo de contrapartida para o proprietário de imóvel que teve o seu imóvel sequestrado pelo poder público durante muitos anos, que conceda, portanto, maior respeito e dignidade a esse proprietário, e permita mais agilidade e resolução de todos esses casos conflituosos. Uma pena que seja assim, mas que a gente encaminhe efetivamente para a resolução.

Então, inicio esse debate já fazendo essa contextualização e essa provocação, para que agora na discussão de emendas a gente possa aprovar aquelas que dizem respeito à melhoria para os proprietários de imóveis, e que obviamente, não interfira de modo a prejudicar o patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre que, obviamente, não é a intenção desta Casa, e tampouco dos proprietários que tenhamos

prejuízos para o patrimônio histórico e cultural. O que a gente não pode é, em nome de um, atropelar o direito do outro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. Saúdo os moradores do bairro Petrópolis, sejam bem-vindos à nossa Casa. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; essa história - que já é história - da listagem de imóveis de Petrópolis que teve origem numa outra listagem, o Ver. Adeli falou bem, lá do 4º Distrito, que apodreceu o 4º Distrito e está deixando os imóveis de Petrópolis ficarem iguais, porque alguns técnicos que confundem velho com histórico resolveram listar 500 imóveis em Porto Alegre. Eu lembro da primeira reunião que fizemos lá na praça, num verão, onde os técnicos aproveitaram para fazer a listagem pegando todo mundo de surpresa na praia. Nem a dignidade de esperar que as pessoas estivessem de volta não tiveram. Vejo aqui muitas pessoas que estavam lá no início e vejo outros jovens que estão se juntando, o que mostra que isso está há muito tempo sendo discutido. Ver. Adeli, lá no 4º Distrito, V. Exa. disse muito bem aqui, foram os estagiários de uma faculdade que fizeram a lista. Eles olhavam para o prédio: esse vai na listagem; olhavam para outro: vai para a listagem. Aqui em Petrópolis não foi diferente. Aí, uns tais de “Viva isso”, “Viva aquilo”, Viva Moinhos, Viva Petrópolis, resolveram trancar os imóveis do bairro Petrópolis, 500. Isso é um absurdo! Desde aquela época, se aprovou, o Ver. Valter fez um relato aqui muito fiel, fizemos uma lei para que passasse pela Câmara antes de fazer a listagem, de minha autoria, foi no sentido de breicar aquela loucura. Foi aprovada a lei, acabamos perdendo lá no Judiciário porque este disse que não era de iniciativa da Câmara. Um grande absurdo, porque eles não leram que a lei que estava vigente, naquela época, era de autoria de uma vereadora daqui. Nem o Judiciário leu. Não leu e deu a sentença. Veio outra lei do Ver. Mauro, de outro vereador que não lembro o nome, nada passou. Agora que tem que ser de origem do Executivo, está certo, o Executivo está mandando esta lei para cá, aqui se fazem emendas, muitas emendas para melhorar o projeto. Nós esperamos que as emendas aprovadas não sejam vetadas pelo prefeito, porque aqui é o tambor da sociedade. Nós falamos pelo bairro Petrópolis, falamos pelo bairro Floresta, mas o mais recente prejudicado é o bairro Petrópolis, para que se dê um freio nesses técnicos ideológicos que perderam a condição de técnicos, porque fazem isso com o fígado, com a ideologia, e isso não pode continuar.

Durante a tarde, nós vamos discutir muito, Ver. Adeli, muitas emendas. A Emenda nº 24 é minha, a última a ser votada, mas imagino que ela seja uma das mais importantes. Por ocasião da votação, subirei à tribuna para explicar essa emenda, que precisa ser discutida igualmente com todas as outras, para que esse projeto seja definitivo, para que os moradores que tiveram os seus bens listados possam ficar

tranquilos e dispor do seu bem, porque eles são proprietários, mas não são donos. Que negócio é esse? Só proprietário no cartório, e dois ou três técnicos, se dá para chamar de técnicos, foram lá e tomaram a propriedade? Eu espero que, com esse projeto, a gente reponha aquilo que tem que ser repostado, recolocando as coisas nos seus devidos lugares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Apregoo a Emenda nº 22, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 22 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 23, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 23 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 23 ao PLE nº 007/18.

Apregoo a Emenda nº 24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 24 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 24 ao PLE nº 007/18.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, essa questão que estamos votando hoje expressa uma das questões mais imbricadas e históricas dos erros e dos equívocos administrativos de Porto Alegre. Nós tínhamos, há 30 anos, uma secretaria de planejamento, que, na verdade, tinha duas faces, tinha uma face que fazia o planejamento orçamentário da Prefeitura e uma outra face que fazia o planejamento urbano em si. Para mim, isso era errado, tinha que ser somente o planejamento urbano e isso foi corrigido. Aí restou a Secretaria do Planejamento Urbano, e foram fatiando a Secretaria do Planejamento Urbano. Em primeiro lugar, quando se criou a SMAM, se tirou o licenciamento ambiental e se levou pra lá. Depois, eu acho que era o secretário Burmeister, no governo do PT, tirou o patrimônio histórico de dentro da Secretaria do Planejamento e criou o Epahc na secretaria da cultura. E toda

legislação do Plano Diretor remete à questão urbanística, não tem nada a ver com cultura, mas criou-se lá uma instância à parte, com a sua ideologia própria. Depois veio a Secretaria da Mobilidade Urbana, a EPTC, e foi o planejamento viário para lá. Depois a Fazenda pegou uma parte dos potenciais construtivos. Depois a PGM pegou a TPC e assim a gente veio fatiando o planejamento urbano de Porto Alegre e transformando Porto Alegre numa das cidades mais burocráticas e difíceis para licenciar qualquer coisa no nosso País. Mas vamos, especificamente, ao que nos interessa aqui, o patrimônio histórico. Nós temos experiências no mundo de revitalização de bairros degradados, e nós temos experiências no mundo de nascimento de novos bairros. A revitalização de bairros degradados, a contar com a estrutura que nós temos hoje, é impossível em Porto Alegre. Vamos pegar o 4º Distrito aqui: nós temos 980 bens listados no 4º Distrito, entre tombados, inventariados, para fins de compatibilização e para fins do sombreamento. O tombamento, eu já disse na primeira vez, ainda dá o ressarcimento ao proprietário, agora, a compatibilização e o sombreamento não dão nada. Eles dispõem do bem do proprietário, mas não dão nada em contrapartida. Então é preciso resolver essa questão, e é nisso que nós estamos trabalhando.

No ano passado, vereadores, nós tínhamos aqui uma das legislações mais burocráticas do Brasil em licenciamento de estações de radiobase. Nós conseguimos, com o apoio de todos, aprovar a nova lei da telefonia e hoje nós temos em Porto Alegre o que é considerada a mais moderna lei da telefonia no Brasil, inclusive com a figura do autolicenciamento, da responsabilização do responsável técnico e outras inovações que nós trouxemos para aquela lei. Aqui, na lei do patrimônio histórico, nós precisamos dar esse passo histórico e definitivo também para avançar nisso e superar esse preconceito. Agora, vai ter sido só um pequeno passo na minha avaliação, porque o que eu gostaria de ver no futuro é a reestruturação do planejamento urbano da cidade e o Epahc voltando para dentro do planejamento urbano, dentro da concepção urbanística de desenvolvimento, de planejamento da cidade que nós queremos ou da cidade para as pessoas. É isso que é necessário e fundamental que seja feito e é o que não tem hoje, hoje nós temos uma Prefeitura compartimentalizada, burocrática, e que, com caixas estanques, não dialogam uma com a outra. Aí vamos criando projetos especiais, ou vamos congelando à mercê dos interesses ou dos sentimentos das pessoas, bairros, o crescimento ou tendo um crescimento desordenado por outro lado.

Eu quero discordar do argumento do Ver. Adeli Sell que, aliás, não trouxe argumento nenhum. O Ver. Adeli Sell veio aqui na tribuna e disse que não houve discussão, mas que a lei está cheia de furos. Mas ele, durante todo o tempo que teve para estudar a lei, não teve a capacidade de vir aqui e apontar um furo que está apontando. Então que aponte o furo! Se nós queremos vencer a grenalização, faça uma análise técnica, é o mínimo que eu espero de um vereador do quilate do Ver. Adeli Sell e me diga quais são os furos que tem a lei; não apontou um e disse que está cheio de furos. E eu quero dizer que não está.

Eu quero cumprimentar o Dr. Germano Bremm que está aqui e que juntos, a Câmara e o apoio dele, nós construímos a lei da telefonia e novamente esta lei. Eu acho que é uma lei moderna, é uma lei que vai estabelecer justiça com os proprietários, com

o patrimônio histórico e vai criar um novo marco legal e uma nova segurança jurídica, facultando uma das instituições mais antigas do direito que é o direito de propriedade e que desde sempre outorga a quem é proprietário: o direito de usar, o direito de gozar, o direito de fruir e o direito de dispor. Essas são as faculdades inerentes à propriedade, acrescidas, recentemente, da sua finalidade social. Agora, a violência que se estabeleceu neste momento neste processo, especialmente no inventário do bairro Petrópolis, até a finalidade social do imóvel ela retirou, porque está punindo as famílias, sob um falso argumento de que está preservando o patrimônio histórico. Ninguém quer destruir o patrimônio histórico, mais uma vez eu digo, nós só queremos que, de fato, diga-se que é sujeito às proteções legais que o patrimônio histórico merece aquilo que de fato for patrimônio histórico; e no resto que a cidade siga seu caminho, seu destino, e as famílias possam cumprir a verdadeira função social da propriedade que é, inclusive, dispor dos seus bens e de seus imóveis. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoní Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Nelcír Tessaro está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, estamos hoje em discussão e votação de um projeto que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre por meio do Inventário, um projeto que tão esperado para podermos fazer com que Porto Alegre possa ter melhor regularizada a situação dos imóveis tombados ou listados. Já foi dito aqui - todos sabem - a situação do 4º Distrito. Não é novidade para ninguém a situação em que ficou com o tombamento; inclusive muitos imóveis foram tombados porque caíram mesmo, na realidade, ou porque os proprietários, cujo legítimo direito de propriedade lhes foi tirado, assim não podem fazer a manutenção, justamente pela falta de ser atribuído o valor em índice construtivo equivalente ao seu patrimônio que lhe foi usurpado. Eu quero falar dos imóveis listados - há uma quantidade imensa desses imóveis na cidade. Aproveito para cumprimentar a Associação de Moradores do Bairro Petrópolis Atingidos pelo Inventariamento da Prefeitura - AMAI e dizer que somos parceiros, sim, para essa redução - estão todos aí presentes. Somos parceiros; a nossa bancada, do DEM, é parceira, inclusive o Ver. Pujol fez emendas a este projeto. Temos que rever a situação desses imóveis listados, de pessoas, de comércios locais, como clínicas - não se pode sequer, usar; não se pode, sequer, buscar ali um licenciamento porque aqueles imóveis estão listados. E não se sabe por que estão listados, talvez, porque na redondeza há um listado e o próximo do lado também ficou na mesma lista e foi assim prejudicado, e as pessoas não podem utilizar os seus bens. Temos diversas emendas. Nós vamos votar, sim, favoravelmente às emendas que fazem com que haja essa redução, porque não

podemos mais fazer com que Porto Alegre vire uma cidade listada, vire uma cidade tombada.

Nós sabemos muito bem o que aconteceu na nossa Rua Riachuelo, esquina com a Rua Marechal Floriano, onde havia um imóvel tombado há tantos anos naquele local, não teve manutenção do proprietário porque não havia interesse, havia uma ferragem naquele lugar. Como ele iria fazer a manutenção num imóvel que ele não podia dispor? Se ele não pode dispor, não tem dinheiro para fazer manutenção. E a Prefeitura, por outro lado, tem o seu direito, como é um patrimônio, o Epahc definiu que, como é um imóvel patrimonial, não pode ser mudado, ou tem que se fazer o índice construtivo equivalente para que essa pessoa possa ser ressarcida. Mas não esperar quando está quase no momento de tombar, ou cair o imóvel, como caiu! Tem que dar manutenção lá atrás, quando se fizer. O Ver. Valter disse aqui que temos que, novamente, trabalhar urgente o Plano Diretor para que se possa fazer o desenvolvimento desta cidade. Sim, nós temos que fazer com este ano haja esse novo Plano Diretor. Nós temos que fazer um Plano Diretor que elimine essa injustiça desses imóveis listados e faça com eles possam ser realmente avaliados, todos, e aqueles que ficarem listados, que haja liberação do índice construtivo equivalente para que as famílias possam usar no local ou, quem sabe, um índice chamado de coringa.

Nós precisamos fazer um Plano Diretor que possa fazer o desenvolvimento do Extremo-Sul da cidade hoje. Hoje nós temos a Av. Edgar Pires de Castro, para frente da Restinga, onde, infelizmente, não se pode construir, Ver. Ferronato. Aí a AEIS é a dificuldade, pois para mudar o regime urbanístico tem-se que passar pela Câmara de Vereadores, Ver. Alex, e buscar aqui os 24 votos. E nós sabemos que a população mais necessitada está naquela região do Extremo-Sul da cidade, e não se pode construir porque o Plano Diretor não permite, porque ali as áreas têm que ser regradadas pela legislação vigente, a qual não tem um plano que possa ser adequado para as habitações populares daquela região. “Ah, nós temos os caminhos rurais, vamos respeitar o que é rural. Há dois anos, o Cecchim disse aqui: “Nós vamos fazer o seguinte: vamos fazer, então, que todos os produtores rurais contribuam para a gente duplicar a Av. Edgar Pires de Castro. Vamos arrecadar impostos, então”. Como vamos arrecadar, se nós estamos proibindo que as construtoras avancem e façam ali uma urbanização para uma melhor distribuição de habitações sociais nesta cidade? Nós queremos, sim, que os índices construtivos sejam colocados num banco e assim fazer uma revitalização nesta cidade, fazer uma revitalização usando e diminuindo os imóveis listados, fazendo com que o proprietários digam: “Eu sou o proprietário do imóvel e vou manter esse imóvel”. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores que nos acompanham pelas galerias, em especial os moradores do bairro Petrópolis. Quero dizer aos senhores que nós, do 4º Distrito, nos encontramos mobilizados para a tarde de hoje, haja vista a importância que tem essa legislação, essa atualização de uma nova legislação no que diz respeito à regra aos imóveis inventariados, algo que já foi tão debatido nesta Casa. Eu confesso aos senhores que, como vereador e como integrante do 4º Distrito me frustra essa matéria, porque nós não encontramos eco durante muitos anos. E digo isso porque fui secretário do Prefeito Fogaça, do Fortunati e não encontrei, junto a eles, o respaldo, o retorno e atenção que esta legislação deveria ter na cidade.

Na tarde de hoje, estamos tendo a oportunidade de talvez reparar equívocos ou reparar a procrastinação. Esse assunto deveria ter sido resolvido há muitos anos. Então faço aqui as minhas observações, e, com a maior da boa vontade, quero registrar a presença também do arquiteto Evandro, figura pela qual tenho maior admiração e apreço, pelo trabalho, ele se dedica há muitos anos a esta matéria. Para mim, ele não é um, mas o melhor arquiteto que temos no que diz respeito ao patrimônio histórico da cidade. Então, o arquiteto nos deu suporte - e sempre que precisamos nos socorrer neste assunto, sempre fomos muito bem atendidos - e tirou a tarde de hoje para nos acompanhar na votação desse projeto. Nesse sentido, apresentei uma emenda que tem a pretensão de reparar alguns e colaborar na construção de uma legislação melhor. Esse é o nosso dever aqui na Câmara. Evidentemente, é um projeto que vem do Executivo, e assim tem que ser, mas nós, através da Emenda nº 01, apresentamos uma série de alterações que poderemos aqui debater ao longo da tarde. Como se trata de uma emenda que mexe em vários artigos, nós teremos dificuldade de aprovar. Bom, alguns vereadores já apresentaram emendas que, de certa forma, contemplam a emenda que nós apresentamos que mexe nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, basicamente tratando da necessidade de serem prioridade os projetos de imóveis inventariados, inclui também a possibilidade de liberação de transferência de potencial também para condomínios verticais e também estabelece uma escala progressiva de acordo com as dimensões do imóvel para que seja então beneficiado o proprietário em relação aos potenciais construtivos. Então, nós poderemos discutir isso ao longo da tarde de hoje, quando iremos enfrentar várias emendas. Eu fui procurado pelo presidente da Associação do Bairro Petrópolis e vou retirar a Emenda nº 01 para que nós possamos tratar individualmente cada artigo e que a gente possa, através de emendas, fazer as alterações. Eu quero usar meu último minuto que me resta para dizer a vocês que esse é um assunto que nós, por muitos anos, aqui... Adeli, tu citaste o 4º Distrito, nós conhecemos muito bem o 4º Distrito e ele foi impactado por um projeto feito há muitos anos, ainda pelo prefeito Verle, com um estudo feito pelo IPA que impactou fortemente o 4º Distrito, que travou o 4º Distrito, não foi claro, não permitindo que uma legislação pudesse potencializar aquelas áreas nobres que deveriam ser realmente preservadas, mas que pudesse, sim, viabilizar aqueles espaços tão nobres da cidade e trazer benefícios, trazer receitas para o Município, que não fizesse com que várias áreas grandes ficassem lá estocadas, que não permitisse que fossem revitalizadas, que não

viabilizassem novos empreendimentos para a cidade. Então, com toda a responsabilidade que nós temos em preservar aqueles imóveis, não só os do bairro Petrópolis, do 4º Distrito, como os de outras regiões, mas que nós possamos preservar a história da cidade, e, sobretudo, garantir que possamos ter incentivos. Para concluir, Presidente, nós ainda temos um débito com a cidade, com aqueles que ainda não tiveram incentivo no IPTU, e nós teremos que tratar disso em um outro momento. Então, a tarde irá nos permitir que a gente faça um bom debate e que saíamos hoje com essa lei aprovada e que possamos, enfim, dar um futuro melhor àqueles que têm imóveis inventariados na cidade.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Mauro Zacher. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero fazer uma saudação especial a todos os proprietários que são atingidos pelo inventário dos imóveis de Porto Alegre. Já debatemos uma lei, inclusive, revogando o inventário atual, que foi, depois, mantido pelo Executivo. Se criou no município de Porto Alegre a situação de uma injustiça suprema com os proprietários de imóveis que o Município entendeu por proteger, por julgá-los históricos. Muito bem que o Município, que a administração municipal resolva proteger alguns imóveis da cidade, para isso há o instituto do tombamento, que indeniza inclusive os proprietários. Está muito bem que o faça, mas está muito mal que o faça às custas dos proprietários, está muito mal que o faça numa proporção exagerada da cidade, está muito mal que essa proteção de um chamado patrimônio histórico termine por congelar bairros da cidade, por travar o desenvolvimento, por impedir que uma família que tenha um bem possa lançar mão dele para garantir o seu sustento, possa vender um imóvel para garantir o futuro da sua família, possa colocar esse imóvel no mercado para permutá-lo por um apartamento em um empreendimento novo, onde vai ter melhor condição e qualidade de vida. É inadmissível que o Município, ao buscar proteger o patrimônio cultural e histórico, arruíne a vida dos proprietários desses imóveis! Isso não pode perdurar da forma como se estabeleceu no Município de Porto Alegre. Eu tenho uma posição bem radical, eu diria, com relação ao Município se apropriar dos bens das pessoas, o poder público tomando para si o que é das pessoas. Acho que esse instrumento do listamento, do inventariado, não deixa de ser uma burla legal ao instrumento do tombamento. O Município deixa de tombar para inventariar, e, assim, de uma forma autoritária e quase tirânica, tomou para si o que é das pessoas e das famílias. Temos aqui um projeto de lei, aliás, que, para mim, está muito longe de ser o ideal, muito longe, porque acho que falta uma construção mais profunda de defesa do direito de propriedade dessas famílias.

Talvez seja o que é possível fazer, e já o julgo muito melhor do que o que nós tínhamos anteriormente; muito melhor do que o que tínhamos anteriormente. Mas há ajustes a serem feitos para garantir mais o direito de propriedade na cidade. Há um abuso, inclusive, dos imóveis de transição, que têm um gravame simplesmente por estarem do lado de imóveis que são considerados históricos. E tem, sem dúvida nenhuma, uma posição ideológica na administração municipal, histórica no Município de Porto Alegre, que acha que qualquer coisa é histórica porque compõe o chamado ambiente do bairro, como se as famílias não pudessem dispor do seu patrimônio porque o bairro um dia foi assim, e isso impede que o bairro venha a ser como ele pode ser, sequestra das famílias a capacidade de construir o futuro do seu bairro, porque elas estão amarradas no passado. Ora, ninguém, nenhum cidadão vive a sua vida e acumula o seu patrimônio para servir de instrumento da administração pública municipal; ao contrário, é a administração pública que deve estar a serviço das pessoas para que elas possam construir patrimônio e prosperar na cidade de Porto Alegre. Então, eu lamento, de verdade, que esse instrumento jurídico tenha sido inclusive acatado no Estatuto das Cidades – lei federal -, e que nós, hoje, não possamos ter uma conduta mais severa, que fosse dizer “Listamento, não!”, “Inventariado, não!”. Se o Município quer, tombe! Se o Município quer, que faça procedimento formal, legal do tombamento e indenize as famílias que estão sendo privadas do seu direito de propriedade. O inventariado, o tombamento, é uma expropriação disfarçada. É lamentável que hoje não tenhamos, na Câmara de Vereadores, a capacidade de extinguir isso, porque a lei federal nos obriga a manter. Então, pelo menos, que nós possamos, no processo de inventariado, ter regras claras que protejam o direito de propriedade das famílias, que deem às famílias a possibilidade de contestar o poder público que é soberano, mas não pode ser tirânico, não pode ser expropriador. Não é o dono da cidade, é o administrador do poder público. A administração municipal não é mais que a administração pública. Nós usamos a expressão poder público como se o Município fosse todo poderoso; não o é. Sobre as propriedades das famílias, o poder é das famílias. Lembro do brocardo inglês que dizia, na Idade Média: “A chuva e o vento podem entrar na casa do pobre inglês; o rei não. A família é que é a dona da propriedade”. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Ricardo Gomes.

Aprego a Emenda nº 25, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 25 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 16 ao PLE nº 007//18.

Apregoo as Emendas nºs 26 e 27, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio das Emenda nºs 26 e 27 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando votação em destaque das Emenda nºs 26 e 27 ao PLE nº 007/18.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 007/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Começo usando esta frase que o Ver. Adeli Sell usou, infelizmente mais um projeto em que se coloca o oito ou oitenta. Vocês estão percebendo que ainda estão entrando emendas, e se entendi bem, já estamos na 27ª emenda. Ou seja, neste momento emendas estão sendo retiradas e emendas estão sendo adicionadas ao projeto. É no contexto deste debate que acredito que não seja o melhor, pois o projeto já deveria ter chegado aqui redondo, e se houvesse uma emenda, já que é uma prerrogativa de mandato propor emendas de plenário, que isso também fosse uma construção anterior, e não algo que pudesse sair aqui da cabeça... Não estou dizendo que não é legítimo e que não está previsto no Regimento, só estou dizendo que um tema tão importante como esse não precisaria ser tratado e discutido desta maneira, inclusive com emendas de plenário que continuam a chegar. Quero lembrar aqui quando o vereador fala – se entendi bem o que o Ver. Adeli disse – em oito ou oitenta, é que é possível, na nossa opinião, ter uma política de defesa do patrimônio histórico e cultural e ao mesmo tempo valorizar os proprietários que residem ou têm aquele imóvel que justamente representa a história da cidade, e quero dar aqui um exemplo concreto. O Márcio está aqui e nos cumprimentou por esta posição, e quando decidimos aqui a votação do projeto do IPTU, nós fomos a favor da emenda que isentava os imóveis listados do pagamento do IPTU. A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores foi a favor da emenda. É uma forma de dizer que concordamos que a pessoa que tem um imóvel, Ver. Tessaro, que está listado, está tombado, sofre alguma restrição no seu direito individual em favor da coletividade, ela, logicamente, tem que ter alguma compensação para isso. Então não há problema nisso, não somos contra os proprietários, por isso as falas mais ideologizadas que vêm aqui, sobem na tribuna e citam situações extremamente ideológicas, eu não consigo receber isso, sinceramente, porque é lógico que concordamos que em havendo restrição, e essa restrição é voltada ao interesse público, eu gostaria que a Prefeitura – e não conseguiu fazer nesses últimos seis anos – apresentasse uma política em que muitos proprietários e proprietárias desajassem entrar nessa política de valorização dos imóveis, porque faria bem, teriam um ganho com isso, além de estar cumprindo uma função social importantíssima. Eu

circulo e conheço algumas cidades, não muitas, mas tem cidades que perderam totalmente a sua alma, Ver. Bosco. Eu cito seguidamente o Balneário Camboriú, um lugar que tem sombra na praia porque permitiram... Não tem nada a ver com Patrimônio Histórico, só estou aqui dando um exemplo de quando vem essa linha geral e totalitária de dizer que o proprietário faz o que quer. Lá, a partir das 16 horas tem sobra na praia porque permitiram construir edifícios enormes na beira da praia de Balneário Camboriú. Então, é isso o direito de propriedade? É claro que não, não pode afetar a coletividade. Então, estou aqui buscando a emenda aqui, se não me engano foi o Dr. Thiago que apresentou essa emenda, quando era vereador aqui, nós votamos favorável não necessariamente porque tem que ser apenas, e tem que ser essa, a política de valorização, apenas isentar o IPTU, não é só isso, mas foi um voto para dizer que nós concordamos que as pessoas que têm algum tipo de restrição, e aí podemos discutir em que nível é essa restrição. Eu posso dizer a vocês que as emendas apresentadas são oito ou oitenta, então, nós não concordaremos. E muito dificilmente concordaremos com o projeto. O projeto já trouxe uma falha na discussão. Eu quero só lembrar aqui, chegamos a votar, esse tema é tratado de forma tão apressada, não usar outro adjetivo, que foi incluído, está aqui, a Emenda nº 9, do Dr. Thiago, quero fazer o mérito aqui, que se chegou a provar que a Câmara Municipal passaria a fazer - sairia do Executivo, e passaria para um departamento da Câmara - a listagem dos imóveis da cidade. Eu lembro dessa discussão na Mesa Diretora, não se sabia onde ia se criar esse departamento, quem seria o diretor, ou seja, uma panaceia ia se criar, tamanha a pressa com que se tratou esse tema. E aqui, com as emendas apresentadas até o momento, me parece que seguimos na mesma toada. Então, não temos como concordar, falo aqui genericamente, mas para dizer que é um tema que deveria ser tratado de outra forma, e não esse jogo do oito ou oitenta como disse aqui o Ver. Adeli. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 007/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Presidente, gostaria de fazer um requerimento para que a gente pudesse suspender a sessão por dez minutos, para podermos discutir, já que entraram muitas emendas de última hora, as próprias bancadas estão discutindo sobre essas emendas e como se dão as prejudicialidades. Acho que isso faz mais sentido do que a gente entrar em votação apressadamente e cometer algum equívoco.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Consulto os líderes. (Pausa.) Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h58min.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 16h53min: Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 20 ao PLE nº 007/18.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05, de autoria dos Vereadores Mauro Pinheiro, Ricardo Gomes e Ver.^a Fernanda Jardim, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa de envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 05, ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 23, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 23 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 09, de autoria do Ver. Airto Ferronato e Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 09 ao PLE nº 007/18, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro Requerimento de autoria dos Vereadores Airto Ferronato e Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 09 ao PLE nº 007/18.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 22, de autoria dos Vereadores Ricardo Gomes e Mauro Zacher.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 22 ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 22, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 24, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e Ver. Mauro Pinheiro, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 24 ao PLE nº 007/18, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Consulto se algum Vereador ainda vai discutir a matéria. (Pausa.) Está encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/18. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores e, em especial, os moradores e representantes daqueles cidadãos porto-alegrenses que estão com os seus imóveis tombados ou listados. Dizer que nós consideramos esse *modus operandi*, esse formato de congelamento de bairros inteiros da cidade uma barbaridade. Somos contrários a esse entendimento e lutamos contra ele porque acreditamos que, sim, é importante que seja preservado o patrimônio cultural edificado da cidade. Eu acredito que não podemos construir ao lado da Usina do Gasômetro um edifício que vá ofuscar a chaminé do Gasômetro ou construir um prédio que possa concorrer com o viaduto Otávio Rocha ou algo que possa desfigurar o Mercado Público com uma arquitetura nova, enfim. Agora, listar de maneira indiscriminada vários imóveis e várias casas sem critério de patrimônio cultural edificado é uma barbaridade, um desrespeito e uma maneira de fazer inclusive uma redução da geração de emprego, renda, desenvolvimento, progresso, organização dos espaços urbanos, levando, inclusive alguns imóveis a se deteriorarem com o tempo. A gente sabe de algumas realidades que, vendo o imóvel, se percebe que não tem absolutamente nada que possa representar patrimônio cultural para a cidade, no caso patrimônio cultural edificado. Mas isso também é um acúmulo, às vezes, muito mais técnico do que político, mas às vezes também se mistura com alguns interesses políticos. Acho que nós estamos hoje aqui para tentar remediar um pouco esse prejuízo e trazer algum alento para as pessoas que estão hoje nessa situação, fundamentalmente para os imóveis listados, que não estão nem tombados, em que há um critério de subjetividade enorme. Faço esta emenda e quero agradecer à representação do governo, na pessoa do Germano Bremm, que vem conduzindo com parcimônia e inteligência, construindo alternativas que possam chegar o mais próximo possível do ideal. Eu sei que é um tema difícil de ser tratado - porque está, na verdade, se vendendo um espaço invisível, ou se trocando por índices para serem utilizados em outras áreas da cidade - sobre o que afeta aqueles imóveis que estão listados daquela forma na lista ou no tombamento, mas nós entendemos que a maneira como está sendo valorada a multa é muito excessiva. Vejamos: no art. 34 da lei, chega a se apontar, como indicativo de multa, 50% do valor do bem protegido. Se o imóvel vale R\$ 500 mil, e o cidadão altera um telhado, tem que trocar uma telha, vai pagar R\$ 250 mil de multa. Isso é uma barbaridade, está demais. Estamos propondo reduzir para 10%. O imóvel vale um milhão, vai pagar cem mil de multa, já é uma baita multa. Ou se colocar um valor não sobre o valor venal do imóvel, mas um valor em UFM. É sabido que a maioria das multas hoje, na cidade, é em UFM – Unidade Fiscal do Município. É mais razoável do que um percentual sobre o valor do imóvel.

Fico feliz de que o governo tenha se sensibilizado de que essas multas são exageradas. Houve uma certa exacerbação técnica, mas houve um entendimento político de governo, que dá acordo para a construção de algo mais razoável, minimamente razoável, e a gente faz um encaminhamento pela aprovação dessa emenda, que tem por objetivo colocar as multas num patamar mais real, minimamente razoável, que a gente entende então que preserva o patrimônio cultural edificado, entre aspas, mas pelo menos não transforma o projeto num projeto meramente arrecadatário, que era o que parecia no formato inicial. Agradeço pela atenção, e espero que a gente possa aprovar esta emenda, que traz essa redução nos percentuais de multa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): De fato, está muito difícil a discussão desse projeto pelas confusões que são introduzidas aqui. Como eu disse, nós não podemos ter uma política do oito ou oitenta. Agora, nós estamos reeditando a política do oito ou oitenta. O governo vem com uma proposta quase arrasadora, e aí aceita o *laissez-faire* do meu colega Bins Ely. Faça-se o que quiser. Não pode ser assim. Não pode ser assim! Tempos atrás, na época do regime militar, havia uma praça bem na frente da entrada principal do Cais Mauá. Hoje, se as senhoras os senhores passarem por lá, verão que não tem praça. Foi construído na época, a *manu militari*, o prédio da Superintendência Regional do Trabalho, aquela monstruosidade no meio de prédios históricos maravilhosos – só vou citar as obras monumentais de Theodor Wiederspahn. Hoje nós temos uma avenida chamada Padre Tomé, entre os quartéis, um acinte. Era uma praça, hoje ela está privatizada, a avenida, de A a Z. Se algum dos senhores tiver qualquer urgência ou quiser visitar a maravilhosa Igreja Nossa Senhora das Dores e colocar o carro ali, ou vai ser multado ou vai ser guinchado, porque é só dos militares. É a velha política do oito ou oitenta. Não acho que a redação que o governo deu é boa, pelo contrário, acho que ficou ruim, mas o governo exorbitou, inclusive, nas suas funções, porque essa questão, quando houver, como disse o Ver. Márcio Bins Ely, um elemento estranho, alguma coisa que não seja vontade do proprietário, já tem lei; caso fortuito, já tem lei. Não precisa colocar aqui, colocar aqui só causa confusão. E daí vai ter mais dificuldade do proprietário da edificação se defender, por exemplo, na justiça, de uma multa; seja a multa que a Prefeitura quer dar ou seja aquela que o Ver. Márcio Bins Ely quer dar. Se não tivesse nada, absolutamente nada, a gente se valeria da legislação atualmente em vigor. Eu acho que as coisas precisam ser melhor estudadas, melhor trabalhadas e aí teríamos um bom projeto de lei. Eu vou votar contra essa emenda que eu acho um equívoco, o texto original é ruim, mas como tem uma legislação que está superior a essa lei, eu fico com a legislação que está superior à lei municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orado.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 17h11min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0057/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 032/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a campanha denominada Janeiro Branco e inclui a efeméride Mês de Estímulo aos Cuidados e à Conscientização da Saúde Mental e Emocional – Janeiro Branco – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de janeiro.

PROC. Nº 0108/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/19, de autoria do Ver. Comissário Rafão Oliveira, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Nadine Tagliari Farias Anflor.

PROC. Nº 0099/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/19, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Norberto Jacques Guimarães.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0025/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/19, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui o Programa Passe Livre Estudantil para assegurar transporte público gratuito aos estudantes de baixa renda do Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereador, só me permita, à guisa de esclarecimento, dizer para as pessoas que não acompanham o trabalho legislativo que já entramos na votação; portanto, agora vamos até o final desta lei; imediatamente na próxima sessão, na segunda-feira, entraremos diretamente na lei do inventário histórico. Portanto, queria somente dar essa justificativa aos cidadãos e cidadãs que estão aqui porque, de fato, são 17h10min, e as pessoas que vêm à Câmara estranham que a gente encerre a sessão a este horário, tendo votado somente duas ou três emendas. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Feito o registro.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Só para esclarecer também, em atenção às pessoas que aqui estão presentes. Embora tenhamos votado apenas duas emendas, houve um intenso trabalho de articulação, de análise e estudo aqui para justamente melhorar as emendas que já tinham sido apresentadas, para que possamos, na próxima sessão, quando votarmos, termos uma votação profícua, mais rápida e que atenda melhor a situação dos imóveis inventariados e listados, em atenção às senhoras e aos senhores. Embora tendo votado pouco, foi bastante produtivo para atender a situação do Município de Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Só para contribuir com que o Ver. Ricardo Gomes falou. Quero dizer às pessoas que aqui estão nos prestigiando que nós necessitamos desse tempo para analisarmos as emendas que vieram agora, que são mais de seis. Então, nós vamos continuar o trabalho, que é contínuo daqui para frente. Ainda hoje, nós vamos continuar a discussão dessas emendas para trazer à votação na segunda-feira.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Quero agradecer aos vereadores que contribuíram no microfone de apertes. Quero pedir desculpas, porque achei que os senhores e as senhoras já tinham sido avisados. Eu agradeço a participação dos senhores e das senhoras nesta tarde de hoje.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h13min.)

* * * * *